

1 ATA Nº 283/2022

2

3 Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, às oito horas, na sala de reuniões da
4 Secretaria de Assistência Social, localizada na Avenida Ernani Cotrim, 163, Centro, Capivari de Baixo-
5 SC, reuniu-se ordinariamente, sob da vice-presidente: Dafna Correa Rodrigues (representante titular da
6 Associação Jorge Lacerda). Estando presentes: a secretária: Alyne Mota Barbosa Pinter (representante
7 titular da Secretaria de Gestão e da Fazenda), os conselheiros de direito, representantes da sociedade
8 civil e governamentais: Frederico José de Oliveira Folgearini (representante titular da Secretaria de
9 educação), Rosa Machado Silveira (representante titular do CEACA), Simone Fernandes Floriano
10 (representante titular da Secretaria de Saúde) e Tatiana da Silva Fernandes (representante suplente da
11 Secretaria de Desenvolvimento Social). Ainda estiveram presentes: Priscila Alves Viana Pires (Conselho
12 Tutelar), Louizi Cristina Eich (Conselho Tutelar), Cláudia a Rosa Nascimento Lopes (E.M.E.B. Santo
13 André), Joelma Marques Alexandre (E.M.E.B. Santo André), Maira de Souza (Serviço de acolhimento
14 familiar) e duas famílias acolhedoras. Dafna saúda a todos e passa ao item um em pauta: solicitando que
15 os conselheiros e demais presentes assinem a lista de presença e os conselheiros as atas de reuniões
16 anteriores; Dafna passa ao item dois em pauta, informando que a Simone está à caminho, pois está
17 aguardando motorista e quanto à APAE a titular: Sulani encontra-se de licença e o suplente: Hamilton
18 não poderá participar por ter outro compromisso. Dafna diz que o item três foi incluso em pauta, devido
19 a informação do tesoureiro que os pagamentos com o FIA não poderiam ser feitos na ausência da
20 presidente Alessandra a não ser que fosse feita alteração do vice ficar como responsável pela senha do
21 FIA, levando em consideração que consta no regimento que o vice assume todas as responsabilidades
22 no impedimento do presidente, porém informa que ela e Sabrina conversaram e explica que o período
23 excederia até formalizar que o vice-presidente ficaria responsável pelo FIA, levando em consideração
24 que a ata teria que ir para cartório, e a presidente Alessandra já teriam retornado, portanto diz que decidiu
25 que aguardam o retorno da presidente para efetuar os pagamentos, somente informando aos fornecedores
26 o prazo para retorno da presidente que realizará os pagamentos com o FIA, que seria, à princípio, em 31
27 de agosto. Dafna explica que a vice assumiu então a condução das reuniões e a questão administrativa
28 referente as assinaturas das documentações. Dafna passa ao item quatro em pauta: Debate sobre a
29 necessidade de curso de espanhol para atendimento de venezuelanos e passa a palavra ao Conselho
30 Tutelar e representantes da educação. Louizi diz que há a necessidade de um curso de espanhol para os
31 profissionais da rede conseguirem realizar o atendimento, devido às dificuldades que os membros da
32 rede estão tendo em atender a esse público: de Venezuelanos, Colombianos que não falam a língua
33 portuguesa. Cláudia explica que já questionou a Secretaria de educação, e diz que a maior dificuldade é
34 a alfabetização e explica que também fica difícil identificar as informações nas documentações trazidas,
35 como certidões. Joelma diz que buscou informações com CCAA e um curso básico de espanhol custa
36 em torno de R\$ 3.000,00 reais, explicando que pensou em fazer por conta própria, mas não acha justo.
37 Dafna explica que já estudou com Sanlai como trazer essa oportunidade, e diz que o FIA é utilizado para
38 algumas capacitações, porém o município deveria pensar em fazer uma parceria com o IFSC que ensina
39 idiomas e é do lado, Dafna diz que pela necessidade vir da Secretaria de educação, ela está ligada a uma
40 secretaria de que tem fundo específico. Priscila diz que era uma demanda do Santo André, mas o último
41 atendimento foi no Tereza então é uma demanda municipal. Maira diz que, quando estava no CRAS,
42 conversou para fazer parcerias com as universidades: FUCAP e UNISUL, mas teve troca de Secretários,
43 não havendo continuidade e diz que também tiveram dificuldades de atender a esse público no CRAS.
44 Cláudia explica que pela legislação não podem reprovar alunos venezuelanos sem dar o suporte, porém,
45 por exemplo: não conseguem formular uma prova em espanhol. Dafna diz que uma alternativa é
46 contratar um professor de espanhol que fique à disposição da rede onde precisarem. Cláudia explica que
47 é o segundo ano que estão tendo essa dificuldade. Louizi diz que os profissionais da rede deveriam ter
48 acesso a um curso básico, ou um alguém disponível pra quando tiver atendimento trazer. Dafna diz que
49 existe também um aplicativo de tradução simultânea que são utilizados por muitos em viagens
50 internacionais. Cláudia explica que os alunos maiores utilizam o aplicativo para fazerem as provas.
51 Maira diz que poderiam pensar em oficinas para eles entenderem o português, pois as demais coisas no
52 dia a dia não estarão em espanhol, por exemplo: os ônibus, não irão se adaptar a eles e sim eles que tem

53 que se adaptar. Dafna concorda que os estrangeiros devem se adaptar, assim como se saírem do Brasil
54 para outro país não irão atender com o português. Rosa diz que deveria ter uma pessoa referência: uma
55 professora de espanhol, que irá transitar conforme necessário. Maira diz que, na época em que esteve no
56 CRAS, encaminhou ofício para a Secretaria de educação, na época da secretaria Lenir, solicitando o
57 número de Venezuelanos nas escolas. Sanlai sugere que encaminhem para o conselho de educação.
58 Louizi diz que o CMDCA poderá cobrar da Secretaria de educação, visto que já foi solicitado suporte à
59 secretaria pela escola. Cláudia explica que formularam um ofício para entregar ao CMDCA e secretaria
60 de educação, e solicita que Frederico, como representante da Secretaria de Educação receba. Frederico
61 sugere que seja protocolado diretamente na Secretaria. Cláudia deixa uma cópia direcionada ao
62 CMDCA. Dafna observa que no mínimo leva uns oito meses para a pessoa estar capacitada e diz que a
63 necessidade é imediata, e diz que eles devem ter acesso ao português, pois utilizarão em mercados,
64 padarias, porém há a necessidade de traduzir os documentos entregues. Simone explica que também já
65 tiveram essa necessidade na saúde em 2019, pois tentavam conversar com a imigrante e quem conseguiu
66 entender foi uma das agentes comunitárias, na época, e explica que no fim foi entendido que ela estava
67 grávida e explica que se tivesse essa pessoa facilitaria. Dafna questiona se a necessidade de capacitação
68 seria somente da Secretaria de Educação ou se estenderia para a saúde. Simone diz que no momento não
69 tem a necessidade, e explica que foi um caso da época. Dafna sugere encaminhar um ofício com um
70 plano de ação: realização de oficinas da língua portuguesa, e alguém disponível que domine o espanhol.
71 Dafna diz que no não atendimento o próximo passo é levar ao Ministério Público e diz que já é demanda
72 de dois anos. Cláudia explica que em 2017 começaram a chegar os alunos devido à pandemia. Dafna
73 questiona se todos os conselheiros concordam com o envio do ofício à Secretaria de Educação, anexando
74 o ofício da escola e solicitando resposta no prazo de quinze dias. Conselheiros concordam com
75 unanimidade. Rosa observa que querem um suporte, não apenas um professor. Louizi sugere que tenha
76 um de português e um para dar um acolhimento, uma capacitação para a rede. Dafna diz que é uma
77 necessidade a ser resolvida imediatamente, pois já tem trinta e nove alunos. Maira concorda e diz que
78 onde tem demanda deve ser imediato e explica que no CRAS quem deu o apoio foi a Iosmare, que é
79 Venezuelana e intermediava para auxiliar o entendimento no atendimento. Rosa sugere que, se possível,
80 aproveitar essa pessoa. Simone diz que deve estar claro que não irão resolver. Rosa complementa que
81 irão apoiar. Joelma reforça que já tiveram reuniões com a Secretaria de educação, e também outra
82 necessidade é que a merenda deve ser reforçada, pois nesse período há muitas famílias passando
83 necessidades e diz que devem realizar oficinas na Ambasa e reforça que já foi falado desde o início do
84 ano passado. Dafna explica que o CMDCA existe para acompanhar as políticas públicas voltadas para
85 as crianças e adolescentes, e por isso encaminharão o ofício à Secretaria de educação e caso não tenham
86 resposta será encaminhado ao Ministério Público. Dafna recebe o ofício da escola Santo André. Cláudia
87 informa que encaminhará cópia à Secretaria de Educação e as representantes da escola se ausentam da
88 reunião. Dafna passa ao item cinco em pauta: Informe recebimento do relatório dos atendimentos do
89 Conselho Tutelar do mês de julho de 2022; e passa à palavra às conselheiras tutelares. Louizi informa
90 que em julho tiveram: 21 casos de negligência, 2 casos de vagas em CEI, 2 casos de violência física, 5
91 casos de violência psicológica, 2 casos de alienação parental, 1 caso de vaga escolar, 6 casos de razão
92 da própria conduta, 1 caso de assédio moral, 2 casos de suposta adoção à brasileira, 6 casos de abandono
93 intelectual, 3 casos de testemunha de violência. Sendo o total de 51. Dafna questiona o termo adoção à
94 brasileira. Louizi explica que é quando entregam a criança diretamente à conhecidos, por exemplo uma
95 mãe usuária de craque que entrega para um casal que conheceu na igreja. Dafna passa ao item seis em
96 pauta: Retorno acerca da capacitação sobre o SIPIA, com Cíntia Nowasco, a qual está utilizando recursos
97 do FIA (CT); Louizi diz que já tiveram o primeiro encontro e fizeram o castro, surgiram mais dúvidas,
98 e diz que o segundo encontro ainda não foi marcado, não tem data específica, pois querem primeiramente
99 usar o sistema para realizar o segundo encontro levando as dúvidas. Dafna recorda aos presentes que a
100 capacitação sobre o SIPIA está sendo financiada pelo FIA, conforme aprovado anteriormente. Louizi
101 explica que se fizer o relatório de acordo com o SIPIA virão poucas violações. Priscila explica que o
102 sistema sempre pede que conste o agente violador, mas às vezes gerou um atendimento e não tem como
103 colocar. Simone diz que seria a demanda espontânea. Dafna passa ao item sete: Retorno acerca da
104 capacitação Henri Borel, ocorrida em 19/08/2022; Louizi explica que participaram da reunião on-line

105 com a Maduca, e que a lei tem oito novas atribuições para o conselho tutelar, e diz que terão aula bônus
106 que será dia 26/08, pois surgiram muitas dúvidas, pois foi uma lei feita às pressas devido à repercussão
107 do caso na mídia do Jairinho que matou o enteado, porém ficou tudo muito solto, não tem nada de
108 documentos, não diz como fazer. Louizi diz que uma preocupação é a possibilidade de solicitar o
109 afastamento da residência do agressor, diz que é algo muito perigoso para o conselho tutelar, e explica
110 que pedir o afastamento do agressor é complicado, pois por ser município pequeno, pode encontra-lo em
111 qualquer lugar: numa padaria ou mercado e explica que os policiais tem posse de arma, tem certa
112 segurança e diz que é atribuição da polícia civil. Dafna questiona se a lei obriga ou dá a liberdade para
113 que o conselho tutelar possa fazer. Louizi diz que, de qualquer forma, o conselho tutelar responde caso
114 seja omissivo. Dafna reforça que para o início do ano que vem devem rever a lei de n. 1.409/2011 e
115 separem a lei do Conselho Tutelar do CMDCA e diz que será indispensável a participação das
116 conselheiras tutelares na discussão e rever as atribuições. Louizi diz que, de qualquer forma, a lei
117 municipal não poderá contrariar a Lei Federal. Dafna diz que entrará na atribuição do conselho tutelar e
118 concorda que uma coisa é o delegado, o juiz, que tem porte de armas. Priscila diz que é uma demanda
119 que não deveria ser para o conselho tutelar. Dafna diz que é importante tirar as dúvidas e realizar reuniões
120 com os participantes fundamentais e sugere que o assessor: Sanlai junto com a procuradoria verifiquem
121 como ficará na lei e diz que terão que formalizar a solicitação de alteração da lei no ano que vem e que
122 devem ter justificativas e caminhos. Louizi diz que estão aguardando o delegado e que estão em conversa
123 com a promotora. Dafna questiona às conselheiras tutelares se querem o apoio do CMDCA para a
124 conversa com o delegado e se coloca à disposição como vice-presidente do CMDCA, junto ao assessor
125 dos conselhos pra reunir e informar o CMDCA posteriormente. Louizi diz que as conselheiras tutelares
126 trarão as informações ao CMDCA. Dafna passa ao item oito em pauta: Retorno acerca da Roda de
127 conversa sobre o FIA e CMDCA com Janice da FECAM, no Parque Ambiental Encantos do Sul, que
128 ocorreu no dia 01/08/2022(2ª) e questiona se todos estiveram presentes. Sanlai diz que não estava. Dafna
129 diz que tentará resumir e explica que estiveram presentes a Janice da FECAM, o Edson advogado e a
130 Secretária executiva dos conselhos de Jaraguá do Sul e diz pelas explicações foi possível verificar que
131 há pendências em alterar a lei do CMDCA e CT, porém também foi possível verificar que estão bem à
132 frente de outros conselhos de Santa Catarina. Dafna diz que também ficou bem claro quem é o gestor do
133 FIA: o CMDCA, e o recurso só pode ser direcionado passando pelo conselho e através de edital que o
134 conselho confecciona, e explica que havia um conflito devido que foram feitas outras comissões da
135 administração, porém não cabe ao FIA, por ser fundo específico e observa que até no decreto tem
136 observação quanto à fundos específicos que deve ser acompanhado pelo conselho e o CMDCA está
137 acompanhando a legislação, e explica que foi mencionada a questão de ser município pequeno, e ter
138 poucas instituições que atendem crianças e adolescentes e diz que atualmente são: CEACA, AJL, APAE
139 e Grupo Escoteiro Carijós que está retomando os atendimentos em 2022; A capacitação veio para corrigir
140 e tirar dúvidas e explica que até o momento foi visto que o CMDCA está indo de encontro a legislação
141 e explica que foi uma capacitação de quatro horas. Conselheiros elogiam Janice. Alyne questiona se não
142 podem solicitar a Janice para uma capacitação específica para o CMDCA de Capivari de Baixo-SC.
143 Maira sugere que solicitem uma supervisão técnica. Dafna passa ao item nove em pauta: Relembrar e-
144 mails e ofícios recebidos no último mês e respostas que estão pendentes; e diz que retornará a esse item
145 posteriormente. Sanlai diz que levou questão do Marco Regulatório ao prefeito e sugere que tenham uma
146 capacitação sobre o Marco regulatório e explica que agora terá uma pessoa acima da Camila: a Gisele,
147 que era do setor de licitação, e agora está como coordenadora de gestão. Maira diz que terão que explicar
148 novamente como é o funcionamento do conselho. Simone observa que a Gisele já entende de lei. Rosa
149 diz que, quanto à abrir edital para as entidades governamentais, ainda possuem dificuldades. Dafna diz
150 que deveriam deixar aberta, pois esse ano tanto do assessor dos conselhos, quanto dos conselheiros
151 participantes do CMDCA estão contribuindo bastante. Dafna sugere questionar à FECAM sobre a
152 possibilidade de supervisão técnica específica para o CMDCA de Capivari de Baixo-SC, considerando
153 o marco regulatório; Conselheiros aprovam por unanimidade. Dafna passa ao item 10 em pauta:
154 Devolutiva sobre o curso: Família acolhedora e habilitações; e passa à palavra à Maira, que informa que:
155 veio junto a Tatiana realizar a devolutiva sobre o curso de capacitação das famílias acolhedoras, com
156 duração de 40 horas: foram 27 inscrições, 17 iniciaram o curso, 7 concluíram o curso, 5 foram habilitadas

157 e explica que ao todo são 6 famílias habilitadas, sendo que 3 estão acolhendo e 3 estão disponíveis.
158 Maira apresenta as famílias acolhedoras que falam sobre suas experiências positivas e mudanças na
159 rotina e nos adolescentes acolhidos; Também frisam sobre a importância da participação no curso e
160 solicitam o auxílio na divulgação. Maira diz que a maior demanda são grupos de irmãos e atualmente o
161 perfil que querem são meninos. Dafna agradece o relato e parabeniza a rede, diz que é bom saber que
162 vale a pena e diz que muitos estão voluntariamente no CMDCA. Maira diz que estão remodelando o
163 curso e solicita maior participação das políticas. Dafna passa ao item: Prestação de contas do FIA até o
164 mês de julho de 2022, e passa a palavra à Alessandra do controle interno, Alessandra lê o relatório: o
165 total das transferências e receitas recebidas a título de FIA, foram na ordem de R\$52.193,30 (cinquenta
166 e dois mil cento e noventa e três reais trinta centavos); Distribuídos: R\$ 25.966,84 Transferência TAC;
167 R\$ 24.576,09 Receita de remuneração; R\$ 750,00: Multas MP; R\$ 689,00: Depósito não identificado;
168 R\$ 211,37: Outras Indenizações. Alessandra explica que o saldo inicial 2022: 536.210,54; Total
169 arrecadado: 52.193,30; Repasses Mensais 2022 (TAC) 12 parcelas mensais: R\$3.642,77 25.966,84 ;
170 Rendimento na conta: 24.576,09; Depósito não Identificados Recurso 5009: 750,00; Multas TCE receita:
171 689,00; outras indenizações: 211,37; Saldo Financeiro Arrecadado: 588.403,84; Despesa: 79.363,90;
172 Despesas bancárias (tarifa): 363,90; CEACA - Projeto: Cidadania em ação – direitos e deveres do ECA,
173 da entidade: CEACA nº315/2021: 39.000,00; CEACA - projeto Mídias sociais - Os benefícios e
174 malefícios das redes sociais nº316/2021: 40.000,00; Saldo Financeiro = A+B-C: 509.039,94; Financeiro:
175 8.739,97; Rocket mídia FIA- Onesio dias de oliveira: 5.249,97; Eclipse outdoor: 890,00; Cíntia SIPIA -
176 (CNPJ: 39.344.294/0001-04) n.355/2022 e AF n. 1535/2022: R\$ 2.600,00; Saldo Financeiro: R\$
177 500.299,97. Alessandra ressalta ainda que, embora o saldo bancário esteja apresentando um valor de R\$
178 509.039,94 (quinhentos e nove mil trinta e nove reais e noventa e quatro centavos), deverá ser
179 considerada as deduções relativas a compras diretas aprovadas conforme resoluções nº344, 347 e
180 355/2022, restando assim o saldo atualizado para 2022 de R\$ 500.299,97 (quinhentos mil duzentos e
181 noventa e nove reais noventa e sete centavos). Salientamos que para 2022, o valor das transferências da
182 Prefeitura para o FIA, será corrigido pelo IPC no período de jan/2021 à dez/2021, refletindo no valor
183 mensal de R\$ R\$3.642,77, conforme previsto no TAC. São essas as informações relativas aos recursos
184 do Fundo da Infância e Adolescência de Capivari de Baixo. Quaisquer informações necessárias poderão
185 ser obtidas na contadoria do Município. Dafna questiona se os conselheiros aprovam a prestação de
186 contas do FIA, apresentada até o mês de julho de 2022. Conselheiros aprovam por unanimidade. Dafna
187 observa que estão travados devido não poder realizar chancela e diz que devem colocar em lei.
188 Alessandra questiona se então há uma forma de chancelar. Dafna diz que ao separar a lei do CMDCA e
189 lei do CT devem sugerir incluir que a chancela é permitida no município de Capivari. Dafna diz que, no
190 momento, há resolução do CMDCA que fica em aberto, e a apresentação de novos projetos depende se
191 a procuradoria aprovar. Alessandra explica que não conseguiu trazer a prestação de contas dos projetos
192 do CEACA que utilizaram o FIA: Mídias sociais e cidadania em ação, devido às mudanças no sistema,
193 porém explica que assim que finalizado encaminhará ao CMDCA; Dafna diz que não há problema, pois
194 o edital não exige que os projetos estejam com as prestações anteriores aprovadas, somente menciona
195 caso as contas estejam irregulares ou rejeitadas. Alessandra, do controle interno, sugere que solicitem
196 que bloqueiem o saldo do valor do edital; Dafna questiona se por meio de ofício. Alessandra confirma.
197 Dafna sugere encaminhar ofício a administração c/ cópia para a contabilidade solicitando o bloqueio do
198 valor da conta FIA de acordo com o edital em anexo, anexando o edital. Conselheiros aprovam por
199 unanimidade. Dafna passa ao item: Lembrar de agendar data de reunião dos membros da comissão
200 organizadora da Conferência Municipal dos direitos da Criança e do adolescente; Rosa diz que devem
201 primeiro formar a comissão. Sabrina recorda que já formaram. Dafna questiona quem são os membros.
202 Simone diz que, de acordo com a Resolução n. 364/2022 deste conselho os membros são: ela da saúde,
203 Alessandra, da SAS; Frederico da Secretaria de Educação; Dafna da AJL e Sanlai assessor dos
204 conselhos; Sanlai diz que terá que se ausentar da reunião devido outro compromisso. Dafna passa ao
205 próximo item em pauta: Retorno sobre a reunião com o prefeito/setor jurídico sobre os projetos
206 chancelados; Sanlai explica que conversou com Marta e Sinara do setor jurídico e elas informaram que,
207 no momento, não existe base legal para fazer chancela através de Decreto municipal e não tem como o
208 município colocar na lei devido ao vácuo jurídico na lei Federal. Dafna diz que faz sentido, pois o

209 município iria pegar recurso que iria para o Federal, e sugere que verifiquem a lei de renúncia fiscal.
210 Rosa sugere que verifiquem em outros municípios como estão fazendo. Sanlai diz que no parecer jurídico
211 seria interessante que não fosse feito; Dafna questiona se não seria interessante uma reunião com o setor
212 jurídico. Sanlai diz que a responsável pelas demandas do conselho é a Sinara. Dafna diz que agendará
213 com Sanlai para verificar a questão da renúncia fiscal. Maira sugere que questionem Janice, pois ela está
214 por dentro de todos os assuntos. Dafna diz que trata-se mais sobre contabilidade tributária. Sanlai diz
215 que quanto à apresentação dos projetos do FIA na câmara, foi passado pelo vereador a informação que
216 a Alessandra da Assistência, presidente do CMDCA, pediu para adiar a apresentação devido a sua
217 ausência então aguardarão o seu retorno para definir nova data; Dafna explica que quem fará a
218 apresentação será a Rosa, do CEACA, por ser a entidade que fez o projeto e diz que deveriam verificar
219 a sua disponibilidade. Após debate, conselheiros sugerem que fique em 26 de setembro, segunda-feira.
220 Sanlai informa que repassará nova data à Câmara e se ausenta da reunião às 9h45min. Dafna retorna ao
221 item da conferência e diz que deveriam aguardar o retorno da Alessandra para agendar. Sabrina diz que
222 a informação repassada é que Alessandra retorna após 31 de agosto e diz que repassou no grupo de
223 Whatsapp do CMDCA que haverá disponibilidade de vídeos sobre os eixos das conferências no Youtube
224 da FECAM a partir de 30 de setembro. Maira questiona qual o prazo para a realização. Dafna diz que
225 até o final do ano. Simone diz que a data inicialmente prevista seria 27/09, antes da próxima ordinária.
226 Maira diz que não dará tempo até fazer os materiais. Simone questiona se incluem mais pessoas na
227 comissão. Priscila e Louizi, do conselho tutelar se colocam à disposição. Após debate conselheiros
228 definem incluir: Maira da família acolhedora, Rosa do CEACA, Louizi e Priscila do conselho tutelar e
229 decidem retirar a Sulani, que está de licença. Conselheiros aprovam por unanimidade; Conselheiros
230 debatem quando estarão no município e decidem que a reunião ocorrerá em 05/09/2022, segunda-feira,
231 no CEACA; Dafna passa ao item: Deliberar acerca da alteração da Resolução n. 002/2014, considerando
232 suas posteriores alterações no que se refere o art. 5º, 8º e 11 , sobre a entrega das documentações para
233 registro das entidades e seus programas acrescentar a necessidade da entrega também de forma virtual
234 em documento único e em pdf; Dafna explica que é para que as documentações não cheguem ao
235 CMDCA de forma separada; Sabrina explica que a necessidade surgiu de debates de outras reuniões,
236 porém cabe formalizar no documento, pois facilitará também o envio dos registros e inscrições ao
237 conselho tutelar na íntegra conforme solicitado em reunião anterior. Conselheiros aprovam por
238 unanimidade. Dafna sugere passar para a relatoria da Comissão do FIA e passa à palavra à Alyne. Alyne
239 informa que as entidades: APAE, AJL, CEACA e Conselho tutelar encaminharam os materiais: fotos e
240 explicação sobre a entidade e seus projetos para a confecção: da agenda e do calendário e
241 encaminhamento para o marketing; Alyne explica que na comissão foi conversado de realizar um evento
242 para a entrega dos materiais no parque ambiental; Rosa acrescenta que a ideia é convidar os contadores
243 e rede de atendimento; Alyne diz que quanto à confecção do outdoor não recorda o que foi definido.
244 Sabrina recorda que o senhor Hamilton sugeriu fazer novo outdoor mais explicativo a ser colocado na
245 Transferro, porém explica que foi mencionado em reunião de comissão que houve mudanças e devem
246 confirmar se o tamanho do outdoor continua o mesmo e sugere que questione o senhor Hamilton através
247 do Whatsapp. Alyne confirma e informa que se disponibilizou para pegar os orçamentos com as gráficas.
248 Conselheiros concordam. Dafna passa ao item: Relatoria da Comissão de monitoramento e informa que
249 receberam a nota fiscal do mês de julho do marketing: Rocket no valor de: R\$ 585,55, do valor total de
250 R\$ 7.000,00; Dafna diz que devem deliberar acerca do parecer de n. 001/2022, acerca do relatório de
251 execução confeccionado pela mídia – Rocket, e explica que, no mês de julho, segundo a comissão o
252 objeto atendeu a necessidade de verificação; Conselheiros concordam por unanimidade; Dafna explica
253 que a comissão sugere que, além do relatório mensal de execução o marketing encaminhe mensalmente
254 ao CMDCA, o relatório de publicações que serão feitas pelo marketing. Dafna pede aos conselheiros
255 que encaminhem também sugestão de temas; Alyne sugere que encaminhem ao marketing a campanha
256 do agosto laranja encaminhada por Rosilene, da APAE, no Whatsapp, para fazer postagem imediata,
257 levando em consideração que o mês está acabando. Alyne diz que na quarta-feira também terá um evento
258 no parque ambiental sobre o autismo. Dafna sugere que encaminhem também no grupo do marketing
259 para fazer publicação. Conselheiros concordam por unanimidade. Dafna realiza a leitura do parecer de
260 n. 002/2022 desta comissão, sobre o projeto: mídias sociais, da entidade: CEACA. Dafna lê relatório e

261 explica que copiaram, os objetivos, as metas e o valor do projeto da entidade e concluíram que: O
262 CEACA deverá encaminhar ao CMDCA: Os sites sugeridos ao aluno e resultados da pesquisa quanto
263 ao uso das redes sociais, conforme item 2 do projeto; O conteúdo ministrado/plano de aula ou similar;
264 conforme item 3 do projeto; As evidências das palestras: datas e número de participantes (lista de
265 presença/ou chamada, conforme item 3 do projeto; Rosa alerta que o projeto já foi concluído e diz que
266 foi realizada uma visita, e diz que não constava no edital que precisaria desses itens e pontua que deve
267 ser cobrado de todas as entidades igualmente. Dafna explica que foi a entidade quem escreveu o projeto
268 e propôs as três palestras e como forma de indicadores a porcentagem de 80% de participação do público
269 alvo. E questiona como a comissão irá verificar se não for solicitado o número de participantes. Louizi
270 confirma que foi alcançado 80% do público e que estão disponíveis fotos. Rosa diz que nunca foi passado
271 esse critério, e diz que é atribuição da comissão verificar durante as visitas, e não agora trazer no papel,
272 pois dessa forma poderia simplesmente pedir para as crianças assinarem. Simone diz que entende que o
273 monitoramento é lá na entidade in loco. Frederico diz que a Secretaria de educação também faz parte
274 dessa comissão, mas explica que ele não foi na visita, e que ainda era o outro participante. Dafna explica
275 que a AJL encaminhava as informações mensalmente ao CMDCA dos projetos realizados com o FIA:
276 como lista de presença e plano de aula e pede a confirmação de Sabrina. Sabrina confirma. Rosa diz que
277 não recorda, ou se era passado ao presidente e à Sabrina não era repassado ao CMDCA e que verificará
278 nas atas. Rosa explica que o plano de aula é o que consta no projeto. Louizi diz que tem itens que
279 deveriam ser verificados antes do término do projeto. Dafna diz que na hora de avaliar o projeto se não
280 tiver as informações não pode aprovar. Rosa diz que os conselheiros da comissão de monitoramento
281 deveriam ir com os projetos em mãos das visitar e questionar no momento da visita, por exemplo: o que
282 foi pesquisado. Rosa pede que conste em ata que verificará se em todo mês foi passada as documentações
283 dos projetos da AJL no CMDCA. Rosa diz que na análise do projeto do CEACA a entidade já perdeu
284 dois pontos devido à falta de atenção na leitura do projeto. Maira sugere colocar modelo de apresentação
285 do relatório de execução no edital. Alyne diz que ficaria genérico. Dafna diz que dependerá do projeto
286 apresentado, a comissão deve analisar conforme as metas apresentadas em cada projeto. Rosa diz que a
287 entidade apresenta o relatório de execução e a Alessandra do Controle interno apresenta o relatório de
288 prestação de contas no CMDCA e após era passado no conselho para dar o ok e reforça que não recorda
289 de a lista dos projetos da AJL serem passados mensalmente no CMDCA. Sabrina diz que há uma
290 resolução do CMDCA que solicita o envio de relatório mensal de execução dos projetos e diz que
291 procurará no site. Sabrina informa que é a resolução de n. 234/2020 que ainda está em vigor e a
292 disponibiliza no Datashow. Dafna diz que nela consta que o relatório de execução dos projetos
293 contenham no mínimo: As datas de realização, com descrição dos encontros, destacando o n. de
294 atendidos, lista de presença, quando cabível, e registros fotográficos; Rosa diz que recorda que foi
295 definido que o relatório da obra ia ser final, mas as visitas continuariam. Dafna diz que a comissão
296 decidiu em conjunto e diz que a plenária pode decidir se voltam atrás e explica que uma coisa é o relatório
297 de execução da entidade, e outro é o relatório da comissão de monitoramento. Rosa reforça que não
298 recorda que as listas de presença eram passados à plenária todo mês. Dafna diz que a resolução é datada
299 de 24 de setembro de 2020, e o entendimento é que as entidades já tinham o conhecimento. Rosa diz que
300 as regras mudam de acordo com a realidade. Dafna sugere melhorar a dinâmica de publicar Resolução.
301 Maira explica que o que a Rosa está tentando dizer é que a Comissão de monitoramento deve solicitar
302 os dados durante o processo, no monitoramento/nas visitas, e não ao final, na avaliação solicitar. Dafna
303 explica que só está de relatora dessa comissão, devido à ausência da Alessandra, da SAS. Após debates,
304 Maira sugere que a comissão pense em disponibilizar um modelo de relatório de execução da entidade.
305 Rosa diz que todos devem ter um padrão; deve estar encadernado ou grampeado, pois não devem ter
306 folhas soltas que possam ser perdidas ou tiradas de ordem. Dafna observa que estão com um problema
307 novamente no edital, pois não consta modelo de relatório para a entidade prestar contas e diz que
308 concorda que a forma de avaliação deveria estar prevista no edital, e observa que depende do formato
309 do projeto e a partir das metas é que vão criar o relatório de execução. Dafna diz que em 2020 foi feito
310 um remendo através de Resolução. Rosa diz que o problema do CMDCA é ter muitas Resoluções e diz
311 que na visita de Criciúma foi possível ver que não é feita pra qualquer coisa e diz que fica difícil encontrar
312 no site, e explica que sempre que necessita de alguma pede para a Sabrina. Alyne diz que na análise vão

313 fazer o comparativo das metas propostas e os resultados alcançados. Rosa sugere que na aprovação do
314 projeto a comissão de monitoramento deve fazer um modelo de relatório de execução. Dafna concorda,
315 porém explica que no momento está nas solicitações feitas e questiona se a entidade consegue entregar.
316 Rosa questiona se tem prazo. Dafna diz que no prazo que a entidade precisar pra organizar; Dafna explica
317 que o parecer de n.003/2022 da Comissão de monitoramento também solicita: A lista de presença/ou
318 chamada dos encontros, que evidencie a realização das quatro palestras e quarenta oficinas dispostas no
319 item 3 do projeto; e o conteúdo ministrado/plano de aula ou similar. Dafna explica que é devido o
320 indicados ser atingir 80% do público alvo e diz que por isso a comissão deve ter os números de
321 participantes. Rosa diz que não irão prever nesse projeto por já estar pronto, mas que nos próximos irão
322 contratar alguém para fazer essa parte administrativa com recursos do FIA. Dafna explica que no parque
323 já tem alguém responsável para acompanhar os projetos. Dafna passa para a relatoria da comissão de
324 normas e documentos, e diz que o primeiro item seria: Deliberar acerca das informações a serem
325 solicitadas no relatório de diagnóstico da criança e do adolescente e para quais entidades da rede de
326 atendimento; e diz que seria uma discussão mais extensa e sugere retornar na próxima reunião da
327 plenária, e explica que a comissão de normas já fez algumas sugestões, e as informações seriam
328 solicitadas a cada quadrimestre. Sabrina recorda que já receberam ofício com informações do CAPs.
329 Simone diz que não seria do diagnóstico. Dafna diz que o próximo item seria o retorno sobre o carimbo
330 de recebimento dos projetos: com data, horário, responsável da entidade que entregou, responsável do
331 CMDCA que recebeu; Alyne diz que um veio errado e já solicitou a correção e diz que ficará pronto na
332 parte da tarde. Dafna diz que já havia ido buscar duas vezes e numa delas já havia solicitado a arrumação.
333 Dafna sugere definir quem irá buscar. Dafna sugere que Frederico da Secretaria de Educação vá. Dafna
334 explica que a comissão ainda está discutindo acerca das alterações do Regimento interno 2018, portanto
335 está em andamento; Dafna lembra que a comissão deve ainda: rever o edital para a sociedade civil
336 prevista para ocorrer em novembro de 2022 e questiona a Sabrina qual o prazo para a publicação. Sabrina
337 explica que, segundo as resoluções do CONANDA, o prazo é sessenta dias antes do término do mandato;
338 Dafna diz que diz que já é um assunto para a próxima reunião da comissão de normas. Dafna diz que
339 fica também pendente então: fazer um modelo de relatório de execução; e diz que para o ano que vem
340 já tem bastante assuntos para colocar em pauta. Maira diz que com relação à comissão da administração
341 sobre o monitoramento do FIA, por enquanto ninguém a chamou para se reunir. Dafna explica que,
342 independentemente da existência das comissões da administração, os conselheiros decidiram que as
343 comissões internas permanecerão. E nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada a reunião às 11h. E,
344 para constar eu: Sabrina Medeiros da Silva, na condição de assistente administrativa do CMDCA, lavrei
345 a presente ata que, após lida e aprovada, segue subscrita pelos membros presentes.